

GEOPOLÍTICA DA ALEMANHA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: O CASO DO SUDOESTE AFRICANO

GEOPOLITICS OF GERMANY IN WORLD WAR I: THE CASE OF THE SOUTH-WEST AFRICA

Marisa Alexandra Santos Fernandes

Doutoranda em Estudos Estratégicos
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Investigadora do Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico
Investigadora Associada do CISDI
Lisboa, Portugal
marisaasfernandes@gmail.com

Título abreviado: Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial

Resumo

Este artigo pretende demonstrar em que consistia a Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial no espaço africano, focando-se sobretudo na *Deutsch-Südwestafrika* (hoje Namíbia) e em Angola, e no interesse alemão e sua tentativa de anexar o Sul de Angola à *Deutsch-Südwestafrika* que culminaria na Batalha de Naulila (1914).

Procura-se igualmente evidenciar a importância do projeto alemão de *Mittelafrika*, como uma das linhas de atuação da *Weltpolitik* adotada em 1890 pela Alemanha de Wilhelm II, e com impacto direto no interesse alemão sobre Angola e sobre o espaço colonial português em África.

O Projeto de *Mittelafrika* e o interesse por Angola resultaram da procura de *Lebensraum* em África, com uma orientação económica e cultural ainda hoje características da Política Externa Alemã.

Palavras-chave: Geopolítica, Alemanha, Sudoeste Africano, Angola, Portugal, I Guerra Mundial.

Como citar este artigo: Fernandes, M., 2014. Geopolítica da Alemanha na primeira guerra mundial: o caso do sudoeste africano. Revista de Ciências Militares, maio de 2014 II (1), pp. 65-86.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

This article tries to demonstrate in which consisted the Geopolitics of Germany in World War I in the African space, focusing mainly on the *Deutsch-Südwestafrika* (now Namibia) and Angola, and on the German interest and its attempt for annexing the South of Angola to *Deutsch-Südwestafrika*, that would culminate in Naulila Battle (1914).

It also seeks to demonstrate the importance of the German project of *Mittelafrika* as one of the lines of action of *Weltpolitik* adopted by Germany in 1890 by Wilhelm II, and with direct impact on the German interest in Angola and the Portuguese colonial space in Africa.

The project of *Mittelafrika* and the interest in Angola result of the search for *Lebensraum* in Africa, with an economical and cultural orientation that is still today characteristics of the German Foreign Policy.

Keywords: Geopolitics, Germany, South-West Africa, Angola, Portugal, World War I.

Introdução

O presente artigo pretende demonstrar em que consistia a Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, procurando focar-se no caso do Sudoeste Africano, e no que os alemães dele pretendiam, sem olvidar que o objetivo último da Política Externa Alemã desde 1890 era o de se assumir como uma *Weltmacht* [potência mundial] e isso implicava igualmente ir para África e procurar constituir um império colonial.

Procura-se também compreender em que medida é que, dada a existência de um tempo tribio (Moreira, 2005) na realidade social (em que o Presente é fruto da conjuntura e consequência do Passado acontecido e uma preparação do futuro cujo acontecer se aproxima) se podem identificar traços comuns entre a Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e a Geopolítica da Alemanha na Atualidade.

Estando assente em fontes primárias (alemãs), nomeadamente documentos oficiais disponíveis *online* pelo Ministério dos Negócios Estrangeiro Alemão, e secundárias no que respeita às abordagens de alguns autores (alemães, franceses, ingleses e portugueses: Conrad, Speitkamp, Stürmer, Weber e Zimmermann; Bogdan, Blondel, Ferro, Korinman, Milza e Poidevin; Gann & Duignan, MacQueen, Olugosa & Erichsen, Smith, Strachan e Usher; Fernandes, Guevara, Lara, Magalhães, Martelo e Santos) relativamente à Alemanha de 1890-1918, sua Política Externa no mundo e sobretudo em África, este artigo encontra-se dividido em três partes principais.

A primeira intitulada “Do Estado Unificado na *Mitteleuropa* a *ein Platz an der afrikanischen Sonne*” começa por apresentar quais as motivações da colonização alemã de África, seguindo-se um contraste entre a perspectiva de Friedrich Ratzel e a política de Otto Von Bismarck e de Wilhelm II a respeito da construção de um império colonial alemão em África, e termina com a ideia de *Mittelafrika*.

Relativamente à segunda parte, “Antes da Primeira Guerra Mundial: O Interesse no Espaço Colonial Português em África”, esta subdivide-se em três, começando pela Conferência do Congo (1884/1885), continuando na Baía dos Tigres e no Projeto de Transafricano Alemão e terminando na pressão diplomática alemã (e inglesa) sobre o Espaço Colonial Português.

Por fim, a terceira parte intitulada “A Primeira Guerra Mundial: Da *Deutsch-Südwestafrika* a Angola” caracteriza primeiramente o Espaço Geopolítico de Angola e, em seguida, aborda os acontecimentos que deram origem à Batalha de Naulila (1914), episódio culminante da Geopolítica da Alemanha no Sudoeste Africano, sobretudo no concernente à relação da Geopolítica da Alemanha com o Espaço Geopolítico de Angola, no qual estava interessada (e continua, embora numa perspetiva diferente).

1. De Estado Unificado na Mitteleuropa¹ a ein Platz an der afrikanischen Sonne²

1.1. As Motivações da Colonização Alemã de África: Orientação Económica e Cultural na procura de mais *Lebensraum*

Em 1879, o Dr. Friedrich Fabri (1824-1891), pastor evangélico e intelectual, publicou o livro *Bedarf Deutschland der Kolonie?* [Precisa a Alemanha de colónias?]. Conhecido como o “pai do movimento colonial alemão”, Fabri defendeu razões económicas e sociais para o colonialismo alemão, especialmente como resultado da depressão, do desemprego e do crescimento populacional do *II Reich*. Um dos seus argumentos relacionava-se com a emigração, que não deveria ser para os EUA, a América do Sul, ou as colónias britânicas, onde os alemães se perderiam da sua pátria (Alemanha); mas sim para as suas próprias colónias, onde o *II Reich* iria colocar em prática a sua “missão civilizadora”, entendida como uma missão cultural destinada a espalhar a língua e cultura alemã no mundo. Esta seria, na sua perspetiva, uma forma da Alemanha unificada fortalecer e preservar o seu poder.

Seguindo este espírito, alguns anos depois, em 1882, verificou-se a criação da *Deutsche Kolonialverein* [Associação Colonial Alemã], que no final de 1884 tinha cerca de 9.000 membros e em 1886 já tinha cerca de 12.400 membros. Em 1884, foi fundada a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* [Sociedade para a Colonização Alemã], por Carl Peters, Carl Jühlke e Joachim Graf von Pfeil, que em 1887 contava com um total de 4.500 membros. Entre os objetivos desta sociedade encontravam-se a aquisição de capital para a colonização; a aquisição de colónias ultramarinas; e o encaminhamento da emigração alemã para estas regiões. Ao contrário da *Deutsche Kolonialverein*, a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* foi responsável pela preparação de projetos concretos de colonização. Porém, em 1887, verificou-se a fusão destas na *Deutsche Kolonialgesellschaft* [Sociedade Colonial Alemã], que até à I Guerra Mundial aumentou de 14.483 para cerca de 43.000 membros (Speitkamp, 2008, p. 20).

¹ Tradução da autora: Europa do Meio

² Tradução da autora: Um lugar ao sol africano.

Com efeito, o movimento colonial cresceu na Alemanha, pequeno em número, mas relativamente influente, sendo que entre os grupos de pressão e agentes de colonização mais influentes contaram-se: as sociedades de geografia; as redes transnacionais de mercadorias, com destaque para a Liga Hanseática³; e os missionários (Conrad, 2012, pp. 23-25). As sociedades de geografia tinham contribuído, desde meados do século XIX, para o conhecimento científico do continente africano (e dos territórios por explorar financeiramente) e para os projetos de emigração. Quanto às redes transnacionais de mercadorias, e a propósito da Liga Hanseática, Zimmermann (1918, p. 1) considera que as origens da expansão colonial alemã estão indubitavelmente relacionadas com esta, na medida em que foi esta Liga que estabeleceu extensas redes de comércio no mundo antes da unificação alemã em 1871. Caracterizada como cosmopolita, adepta do comércio livre, a Liga Hanseática estabeleceu redes comerciais e conquistou mercados através da disseminação de informação (imagens e ideias) junto dos alemães sobre terras estrangeiras.

Neste contexto, Conrad (2012, pp. 27-29) apresenta quatro argumentos para a colonização alemã. O *II Reich*, ainda que tenha chegado tarde ao grupo dos primeiros países industrializados, desde 1890 que vivia uma crise de superprodução, visível ao nível das indústrias metalúrgica, elétrica e química. O seu crescente desenvolvimento económico e industrial justificava a necessidade de encontrar mais recursos e novos mercados para a exportação de produtos que, por sua vez, poderiam ser conseguidos através da posse de colónias. E este é o argumento dos interesses comerciais, segundo Conrad (2012, p. 27).

De facto, a expansão comercial tornou-se essencial em virtude das dificuldades agrícolas, do crescimento populacional e do *boom* industrial já com Wilhelm II (1859-1914). Os produtos *made in Germany* começaram, neste período, a inundar o mercado, oferecendo face aos produtos concorrentes um equilíbrio qualidade-preço. Comparativamente, ao que era característico entre os ingleses, os alemães possuíam uma maior carga horária de trabalho, salários inferiores, menor número de greves e *lockouts*, protecionismo alfandegário, baixos custos de transporte, investimento na educação (técnica; são uma nação sistematizada, apoiada na ciência), iniciativa e adaptabilidade (visível através do conhecimento de línguas estrangeiras). Buscavam (e buscaram) o progresso e estudavam (e estudaram) as modas e necessidades (Martelo, 2013, pp. 154-155).

Juntamente com esta política comercial verificou-se o crescimento da frota mercante alemã e o estabelecimento de filiais e sucursais das empresas alemãs por todo o mundo, como foi o caso da *Siemens-Halske*, da *A.E.G.*, da *OSRAM* e da *Bosch*, por exemplo. Esta expansão comercial acabou igualmente por ser acompanhada de uma expansão financeira, mediante o estabelecimento de filiais de instituições financeiras alemãs por todo o mundo, sendo de destacar o caso do *Deutsche Bank*. Um exemplo deste acompanhamento foi o da *Siemens-Halske – Deutsche Bank*; a *Siemens-Halske* começou por ser uma empresa familiar,

³ Aliança de várias cidades portuárias do Norte da Europa (da Grã-Bretanha, da Península Escandinava, dos Países Baixos, da Rússia e da própria Alemanha) e em particular do Mar do Norte e do Mar Báltico, existente entre os séculos XII e XVII, destinando-se à proteção dos comerciantes e à defesa dos seus interesses.

fundada por um antigo primeiro-tenente do corpo de sapadores-telegrafistas prussiano, e graças a uma íntima aliança com o *Deutsche Bank* tornou-se uma empresa multinacional (Stürmer, 2000, p. 55).

Para além do argumento dos interesses comerciais, e em parte como forma de regular o elevado crescimento populacional alemão, existia também o argumento da mobilidade. Isto significava permitir a emigração alemã para colónias alemãs, sem que estes emigrantes se misturassem com a população maioritária e perdessem as características nacionais alemãs. Este é um discurso de *Deutschtum* [Germanidade], orientado para uma política de germanização em locais de acordo alemão (Conrad, 2012, p. 27). As colónias seriam, assim, como uma “nova Alemanha” e uma forma de prevenir os alemães de emigrarem para os EUA, onde se “deteriorariam”.

Nesta linha, fundou-se a *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista] de Carl Peters em 1891⁴, tendo como principal objetivo espalhar a influência alemã por todo o mundo. Esta Liga teve uma grande aceitação no meio militar e académico alemão, sendo que para além de contar entre os seus membros nomes como o do geógrafo político alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), contava igualmente com alguns extremistas como Otto Richard Tannenberg, autor do livro *Großdeutschland: die Arbeit des 20. Jahrhunderts* [Grande Alemanha: um projeto do Século XX] publicado em 1911 (Bogdan, 2003, p. 331).

Ademais e associada a esta motivação, encontrava-se igualmente a colonização em termos culturais, como resultado da ideia de que o *II Reich* estava na posse de uma missão civilizadora. Ainda que esta fosse uma característica comum, de um modo geral, ao colonialismo, já que o colonialismo era visto como um sinónimo de superioridade cultural, sobretudo dado o facto dos países europeus, colonizadores, terem experimentado uma revolução industrial e, por consequência, uma melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, o avanço tecnológico deu origem a um culto de progresso e a uma capacidade ilimitada para a melhoria, algo que era desconhecido para os colonizados (MacQueen, 2007, p. 38). No que respeitou ao *II Reich*, essa missão civilizadora relacionava-se com a superioridade da língua alemã, como defendido por Johann Fichte (1762-1814), autor de *Reden an die deutsche Nation* [Discursos à Nação Alemã] publicado em 1807/1808 e precursor do Pangermanismo⁵, e com a superioridade da raça ariana e do povo alemão (uma raça de elite, um povo superior que preserva a beleza, a força e a inteligência e que se deveria impor às demais até pela superioridade da língua alemã), como defendido pelos germanófilos Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines* [Um Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas] (1865), e Houston Chamberlain (1885-1927), autor de *The Foundation of the 19th Century* (1899) [A Fundação do Século XIX].

⁴ Só desde 1893, é que passou a ser chamada de *Alldeutscher Verband*. O seu nome anterior era *Allgemeinen Deutschen Verband*.

⁵ O Pangermanismo surgiu como expressão da determinação nacional para preservar e fortalecer a vida alemã. Segundo Usher (1913, p. 232), o Pangermanismo é auto-preservação. Efetivamente, o Pangermanismo foi um movimento político que pretendia reunir todas as populações de língua alemã numa *Großdeutschland* [Grande Alemanha]; a partir de finais do século XIX muitos pangermanistas passaram a estar influenciados pelas teorias racistas que acabaram igualmente por ter influência no Colonialismo Alemão.

Por fim, uma outra motivação alemã para a colonização, e que acabou por não ser relevante neste período, foi o uso das colônias como um espaço para a libertação de conflitos e antagonismos, um meio de superação de tensões internas no *II Reich*, mediante a extradição de todos aqueles que estivessem envolvidos em diferendos, fossem preguiçosos ou vagabundos (Conrad, 2012, pp. 28-29).

Efetivamente, e como temos vindo a verificar, na colonização alemã pesaram sobretudo motivações de ordem económica e cultural, que ainda hoje – passado um século - são características da Política Externa Alemã. No primeiro caso, relativo às motivações de ordem económica, isso relacionou-se com a necessidade de procurar novos mercados para os produtos alemães, sendo que os comerciantes e industriais alemães partiram para fora da Alemanha e fixaram-se em vários pontos do mundo, acompanhados de instituições financeiras alemãs que também se fixaram nesses mesmos pontos com o objetivo de apoiarem com capital alemão o investimento desses alemães. Foi com este objetivo que o *Deutsche Bank* se fundou em 1870 e este continua igualmente a ser um dos seus princípios, refletindo-se na sua presença global enquanto instituição financeira.

No segundo caso, relativo às motivações de ordem cultural, tal relacionou-se com a expansão da língua e cultura alemã por vários pontos do mundo, acompanhando a partida dos comerciantes e industriais alemães. Seguindo esta linha, foi criado o *Goethe-Institut* em 1951, destinado à difusão da língua e cultura alemã pelo mundo. Hoje em dia, existem cerca de 136 institutos do *Goethe-Institut* no mundo (Fernandes, 2013a).

De facto, a Alemanha e os outros Estados procuravam crescer espacialmente, disputando espaços que com frequência estavam na posse de outros Estados, recorrendo para isso à força militar e podendo originar a guerra. No entanto, é de referir que essa procura por mais *Lebensraum* [espaço vital] começava com frequência com as missões científicas e com a fixação de comerciantes alemães e só depois, na sequência da Conferência do Congo (1884-1885) e da *Weltpolitik* [política mundial] iniciada em 1890, é que se começou a verificar a presença de forças militares alemães nesses espaços.

Quando a Alemanha chegou a África, em 1884, a maior parte do espaço já se encontrava sob domínio de outras potências coloniais, nomeadamente a França e a Grã-Bretanha. Ainda assim, o império colonial alemão constituiu-se de quatro colônias dispersas no espaço africano: a *Deutsch-Südwestafrika* [Sudoeste Africano Alemão], a *Deutsch-Ostafrika* [Sudeste Africano Alemão], o *Togoland* [Togo] e os *Kamerun* [Camarões].

Estando em causa, neste estudo, a “Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudoeste Africano” convém mencionar que foi, deste modo, que se verificou a ocupação da *Deutsch-Südwestafrika* (atual Namíbia) em 1884. A *Deutsch-Südwestafrika* foi a primeira colônia alemã em África, sendo que a iniciativa partiu de um comerciante de tabaco, Adolf Lüderitz (1834-1886). Só em 1894 é que o *II Reich*, já na ausência de Otto von Bismarck (1815-1898) (que não demonstrava grande interesse na posse de um império colonial alemão, como veremos seguidamente), é que a *Deutsch-Südwestafrika* passou a contar com um governador, Theodor Leutwein (1849-1886).

1.2. Sobre um Império Colonial em África: A Perspetiva da Geografia de Friedrich Ratzel entre as Perspetivas Políticas de Otto Von Bismarck e de Wilhelm II

Talvez por ter sido o responsável pela unificação da Alemanha, na sequência da vitória prussiana nas guerras contra a Áustria-Hungria em 1866 e a França em 1870-1871, sob o triunfo da ideia de *Kleindeutschland* [Pequena Alemanha], Bismarck tinha como principal objetivo a estabilização do *II Reich* no espaço europeu, tido como o seu espaço geopolítico de atuação por excelência. Daí que quando questionado acerca da possibilidade de construção de um império colonial alemão em África, a perspetiva política do chanceler levava-o a responder que o seu mapa de África tinha a Oeste a França e a Leste a Rússia. Preferindo, em alternativa, conter as rivalidades europeias (alterando para isso a balança de poderes, através da construção de uma complexa política de alianças, na qual a Alemanha desempenhava o papel de árbitro diplomático⁶), isolar a França no espaço europeu e incentivá-la, simultaneamente, à posse de um império colonial em África e na Ásia. Também, segundo a perspetiva da Geografia de Ratzel, a Alemanha sentia-se ameaçada, pois situando-se na *Mitteleuropa* [Europa do Meio], não dispunha de fronteiras naturais (só a Norte é que tinha fronteira com o mar – o Mar do Norte⁷ e o Mar Báltico⁸, ou seja, dois mares interiores-, não possuindo acesso direto ao oceano. A Alemanha estava, deste modo, pressionada de todos os lados e, principalmente, a Oeste pela França e a Leste pela Rússia, numa posição de enclave, dispondo de uma insuficiente dimensão (Fernandes, 2011, pp. 270-271).

Na sequência da sua Tese de Doutoramento, intitulada *Die chinesische Auswanderung* [A Emigração Chinesa], de 1876, Ratzel comparou a Alemanha com a China, o Império do Meio, e por isso mesmo considerava que o *II Reich* se deveria capacitar de meios estratégicos mais sólidos passíveis de conter uma possível ameaça proveniente de duas frentes (Korinman, 1990, p. 57). No entanto, e ainda que continuasse a apoiar a ideia de *Kleindeutschland* de Bismarck, tal implicava para Ratzel o estabelecimento de uma aliança com a Áustria-Hungria, a expansão para Leste em direção à Polónia, e a assimilação definitiva da Alsácia e da Lorena, o que transformaria a *Kleindeutschland* em *Großdeutschland* [Grande Alemanha]. No essencial, e como considerado por Gallois (1990, p. 210), a ideia de Ratzel consistia em encontrar uma forma de equilíbrio entre a ideia de Estado-continente e o controlo da totalidade do istmo ocidental da Eurásia.

Com efeito, a ideia de Estado-continente resultava da experiência obtida com a viagem que tinha feito aos EUA em 1873. Para Ratzel, a dimensão e vastidão dos espaços permite um movimento constante de circulação das populações e conseqüente conquista de território, de Este para Oeste e, por conseguinte, os dirigentes políticos desses mesmos espaços são impelidos a desenvolver o seu território como um todo.

Neste sentido, o geógrafo político entende que é a estes Estados que o futuro pertence, pelo que o *II Reich* deverá elevar-se primeiramente à categoria de Estado-continente para

⁶ E tal refletiu-se no estabelecimento da Tríplice Aliança em 1882 com Itália, da Aliança Dual em 1887 com a Áustria-Hungria, do Tratado de Resseguro com a Rússia e dos Acordos do Mediterrâneo na mesma data com a Grã-Bretanha.

⁷ O Mar do Norte encontrava-se fortemente controlado pela Grã-Bretanha.

⁸ O Mar Báltico apenas conferia à Alemanha acesso à Península Escandinava e à Rússia.

depois se assumir como uma *Weltmacht* [potência mundial] (Defarges, 2003, p. 76; Korinman, 1990, pp. 60-61; Lorot, 1995, p. 16). Por sua vez, a concretização da Alemanha como *Weltmacht* implicava que o *II Reich* se tornasse igualmente numa potência naval, mediante a criação de uma frota marítima alemã, capaz de estabelecer o equilíbrio com o poder marítimo inglês e fortalecer o poder alemão no mundo. Este foi um aspeto a que Ratzel se referiu na sua obra *Das Meer als Quelle der Völkergrösse* [O Mar como Fonte de Poder dos Povos] em 1900, desenvolvendo o capítulo XXII da sua *Politische Geographie* [Geografia Política] publicada em 1897.

Comparativamente a Bismarck e a Wilhelm II (1859-1941), imperador do *II Reich* desde 1888, Ratzel pareceu aproximar-se mais daquela que foi a perspetiva política (e a política propriamente dita) de Wilhelm II do que daquela que foi a de Bismarck. Bismarck queria para o *II Reich* a manutenção estável da sua unificação, enquanto Wilhelm II queria para a Alemanha *ein Platz an der Sonne* [um lugar ao sol] e isso implicava transformar o seu poder europeu em poder mundial.

No que respeita à colonização, Bismarck acabou por ser levado a mudar de opinião, sobretudo devido à pressão exercida pelas companhias de comércio (de Hamburg e de Bremen, sobretudo) e pelos industriais, mas só em 1884. O seu interesse era relativo, sendo que a colonização alemã deveria surgir através da iniciativa comercial e privada. O *II Reich* apenas a apoiaria através de estações carboníferas e de bases comerciais e só onde os interesses da Política Externa Alemã estivessem presentes, pelo que as colónias não eram chamadas de “colónias”, termo evitado, e sim de “protetorados”. A razão de se optar pelo termo “protetorados” ficou a dever-se ao facto de o modelo de colonização utilizado por Bismarck se basear no modelo de colonização inglês e, sobretudo, na Companhia das Índias Orientais (Conrad, 2012, p. 23). Acima de tudo, a colonização foi uma forma de encontrar uma solução para a crise de superprodução vivida no *II Reich*.

A viragem na Política Colonial Alemã apenas ocorreu com a adoção da *Weltpolitik*, uma nova Política Externa, por Wilhelm II (1859-1941) após a demissão apresentada por Bismarck em 1890. Entre os objetivos da *Weltpolitik* encontrava-se a necessidade de exploração das possibilidades económicas existentes para além da Europa, mediante a identificação das regiões que poderiam responder às, igualmente, necessidades geopolíticas de uma expansão colonial e marítima do *II Reich*, algo que parecia ser corroborado por Ratzel com o seu conceito de *Lebensraum* [espaço vital]. Segundo este os diferentes Estados assumidos como organismos vivos encontram-se em permanente luta pela sobrevivência na busca de mais Espaço para a sua realização e desenvolvimento como seres políticos.

Foi neste sentido que o *II Reich* iniciou uma política naval, inspirada em Alfred Mahan (1840-1914) e no seu livro intitulado *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783* (1890), a partir de 1898 com o Almirante Alfred Tirpitz (1849-1930) como Secretário de Estado da Marinha do *II Reich*, mediante a construção de uma frota marítima de alto mar que seria a segunda maior do mundo. Com Tirpitz fundou-se a *Deutscher Flottverein* [Liga Naval Alemã], um importante grupo de pressão que atuava diretamente sobre o

Ministério da Marinha e recebia um considerável apoio financeiro da Krupp e da Stumm, responsáveis pela propaganda que defendia a necessidade da Alemanha possuir uma poderosa Marinha para proteger o comércio marítimo e os interesses coloniais e apoiar o desejo de *Weltmacht*. O futuro estava no mar: poder imperial significava poder marítimo e o poder marítimo e imperial dependiam um do outro de tal modo que também não podiam existir um sem o outro, na visão de Wilhelm II, neto da Rainha Vitória (1819-1901) e um grande admirador do Poder Naval inglês.

É também no contexto da nova Política Externa Alemã conhecida como *Weltpolitik*, que se encontram o programa de *Mitteleuropa*, envolvendo a criação de uma união aduaneira alemã na Europa Central, bem como a ideia de *Mittelafrika*, relacionada com o controlo alemão da África Central, ambas contribuindo para a conquista alemã de *ein Platz an der Sonne* [um lugar ao sol]⁹.

1.3. A ideia de *Mittelafrika*¹⁰

A *Mittelafrika* era uma ideia resultante da procura pelo *II Reich* com Wilhelm II, de *ein Platz an der afrikanischen Sonne* [um lugar ao sol africano], consistindo inicialmente num projeto para unificação de todas as colónias alemãs em África, desde o *Togoland* até à *Deutsch-Ostafrika*, o que implicaria a inclusão do Congo e das colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

Efetivamente, a concretização da ideia de *Mittelafrika* corresponderia à região Central e Sudoeste africana, uma região que se destaca no contexto do espaço africano pela sua riqueza hidrográfica. É aí que se localiza o rio Congo, o rio da floresta tropical que constitui a maior bacia hidrográfica africana, sendo que grande parte dos seus afluentes são igualmente grandes rios e é também a partir desta região que nascem e se localizam os cursos superiores dos grandes rios africanos (com exceção do rio Níger). Aqui encontram-se, de igual modo, os Grandes Lagos, na fratura do Grande Rift, que se prolonga até ao oriente africano (Correia, 2010, pp. 302 e 345).

Em termos de clima, trata-se de uma zona muito heterogénea, dispondo simultaneamente de climas secos, áridos e quentes característicos do Corno de África, e de climas quentes e húmidos com forte pluviosidade característicos da floresta tropical, sem esquecer ainda o clima continental típico dos planaltos (Correia, 2010, p. 345).

Para além de ser uma região favorável à prática da agricultura, dada a sua riqueza em recursos hídricos, dispõe de diversos recursos minerais: ouro, diamantes, cobre, níquel, cobalto e coltan (Correia, 2010, p. 353).

Neste contexto, e de acordo com Guevara (2006, p. 50) o projeto de *Mittelafrika* teria como eixo principal os rios Congo e Zambeze e a ideia remontaria, pelo menos, aos anos oitenta do século XIX. Consta inclusivamente que, em abril de 1884, o conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, Küsserow, teria proposto a Bismarck uma expansão colonial nesta linha.

⁹ Expressão característica da ambiciosa política externa e colonial alemã defendida por Wilhelm II para a Alemanha.

¹⁰ Tradução da autora: África do Meio.

Também Lüderitz, a quem se ficou a dever o estabelecimento da colónia *Deutsch-Südwestafrika* em 1884, escreveu em maio uma carta a Bismarck na qual destacava a necessidade de obter a região do Sul do rio Cunene, no Sul de Angola, e a Baía dos Tigres, ambas sob a soberania portuguesa. Aliás, neste sentido, a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* preparava-se, em agosto do referido ano, para realizar uma missão destinada à obtenção de terrenos para colonos alemães no Sul de Angola, em Mossamedes, mas acabaram por desistir devido à desaprovação do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão (Guevara, 2006, pp. 50 e 53).

A quando da Conferência do Congo, organizada por Bismarck, procurava-se transpor para África a ideia dos Estados-tampão, o que significava a criação na África Central de um Estado independente e neutral dirigido por um soberano de um pequeno país, a Bélgica, de forma a evitar colisões diretas dos interesses das potências maiores (França, Alemanha e Grã-Bretanha) (Guevara, 2006, p. 55).

Com Leo Von Caprivi (1831-1899) como chanceler entre 1890 e 1894, a ideia voltou a surgir na sequência do Tratado anglo-alemão de Heligoland-Zanzibar. Friedrich von Lindequist (1862-1945), governador da *Deutsch-Südwestafrika* entre 1905 e 1907, defendia a aquisição do Congo pertencente à Bélgica, e a necessidade de um império alemão no espaço africano desde *Kamerun* à *Deutsch-Ostafrika*, que proporcionaria uma importante fonte de matérias-primas para a indústria nacional, satisfazendo até as preocupações agrícolas da *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista]. O Congo, por si só, seria o principal motor industrial do império ultramarino alemão, sendo que a *Deutsch-Südwestafrika* poderia ser transformada numa economia de plantação absorvendo a emigração de novos colonos.

Bernhard von Bülow (1849-1929), chanceler entre 1900 e 1909, teria como objetivo de longo prazo ligar as colónias alemãs entre si, sendo que para tal seria necessário incluir a Baía dos Tigres na *Deutsch-Südwestafrika* obter duas bases de apoio no Congo (Stoecker, 1991 cit. por Guevara, 2006, p. 263).

Ferro (2008, p. 185) refere que Wilhelm Solf (1862-1936), Secretário de Estado para as questões coloniais entre 1911 e 1918, sugeriu num memorando redigido a Theobald von Bethmann-Hollweg (1856-1921), chanceler da Alemanha entre 1909 e 1917, que Portugal deveria ceder Angola e o Norte de Moçambique para ligar as colónias da *Deutsch-Südwestafrika* e da *Deutsch-Ostafrika*. O *II Reich* deveria igualmente incluir o Congo belga, a África Equatorial francesa até ao lago do Chade, o *Togoland* e Daomé (hoje Benin), o Norte do Senegal, e da Gâmbia até Tombuctu (pertencente ao Mali). Arthur Zimmerman (1864-1940), Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros alemão entre 1916 e 1917, imaginava um império alemão em África que englobava a África Central (entre o Sara e o Zambeze) e que incluía também Madagáscar, Açores, Madeira e Cabo Verde.

Em março de 1918, os alemães pretendiam também a totalidade de Moçambique, o Norte da Rodésia, o Uganda e o Quênia, a Gâmbia britânica (com Bathurst e Dacar), a Guiné portuguesa e um conjunto de bases navais (Ferro, 2008, p. 186).

No essencial, a *Mittelafrika* deveria estender-se do Atlântico ao Índico (Gann, et al., 1977, p. 230), assegurando a autossuficiência económica da Alemanha mediante a exploração

de recursos naturais das terras aráveis e o controlo das rotas comerciais. Com efeito, o poder político alemão foi constantemente pressionado pelas sociedades coloniais, pelos pangermanistas e por outros movimentos de Direita relativamente à expansão colonial alemã em África (Olusoga, et al., 2010, p. 267).

2. Antes da Primeira Guerra Mundial: O Interesse no Espaço Colonial Português em África

2.1. A Conferência do Congo (1884/1885): O Início de um Império Colonial para a Alemanha

Percecionada a importância da Bacia do Congo, mas também perante a superprodução da indústria alemã e sobretudo como resposta aos grupos de pressão e agentes de colonização alemã, realizou-se entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 a Conferência do Congo, igualmente conhecida como Conferência de Berlim, sob a direção do chanceler Bismarck.

Nesta conferência, que contou entre os seus convidados com Portugal, Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda e os EUA, os principais objetivos relacionavam-se com a discussão do livre comércio e da livre navegação nos rios Congo (também chamado de rio Zaire, o segundo maior rio de África a seguir ao rio Nilo) e Níger (o terceiro maior rio africano), assim como os métodos de ocupação efetiva dos territórios colonizáveis existentes na costa africana. Procurava evitar-se, deste modo, a repartição imediata e o encerramento de uma região rica do centro de África, destaque para a Bacia do Congo, sobre a qual a Alemanha tinha interesse como já verificámos.

Portugal acabou por perder o porto de Banana, mas conseguiu Cabinda, Molembo e uma parte da margem esquerda do rio Congo (Guevara, 2006, p. 71). Neste sentido, convém referir que Adolf Woermann, armador e um forte influenciador da política colonial do *II Reich* sugeriu, num memorando em 1883, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão procurasse, através da diplomacia, impedir a concretização das pretensões portuguesas sobre a foz do rio Congo (Guevara, 2006, p. 51).

2.2. A Baía dos Tigres e o Projeto de um Transafricano Alemão

Desde os anos oitenta do século XIX que a Baía dos Tigres, a maior ilha de Angola, era considerada como o ponto de partida para a construção de um Transafricano sob direção do *II Reich* que, passando pela *Deutsch-Südwestafrika*, prolongar-se-ia até ao Transvaal (dando assim apoio à República Sul-Africana ao proporcionar-lhe uma saída pelo Atlântico) e deste até Lourenço Marques (hoje Maputo) e ao Oceano Índico.

O objetivo deste seria estabelecer uma via de comunicação férrea que facilitasse o comércio alemão do Atlântico ao Índico, onde se teria acesso, por sua vez, aos portos marítimos. De facto, cedo a Alemanha compreendeu que para se tornar na “campeã mundial de exportações” (como se autointitula), teria de recorrer ao transporte marítimo, o que a torna economicamente competitiva visto os custos serem comparativamente menores ao utilizar o mar como via de comunicação preferencial. Daí a importância que a Alemanha confere

à criação de condições para o transporte de mercadorias e matérias-primas, através do desenvolvimento da indústria marítima e portuária (em coordenação com a rede ferroviária) (Fernandes, 2013b, p. 440).

Com efeito, isto é corroborado por Guevara (2006, p. 49) ao afirmar que os relatórios navais alemães de 1882 já refletiam o interesse alemão nos portos e nas baías das colônias portuguesas em África.

Neste contexto, surgiram até, inclusivamente, notícias na imprensa alemã dando conta que a colónia da *Deutsch-Südwestafrika* conseguiria reunir todo o território de Ovambo, que se encontrava dividido desde 1886, o que motivou o envio do navio português “Dom Luís” para esta baía (Guevara, 2006, p. 273).

Em 1896, três exploradores alemães Esser, Hoesch e Zintgraff realizaram uma expedição à Baía dos Tigres, tendo solicitado no seu regresso uma concessão de 700.000 hectares, à Companhia de Mossamedes, nas margens do rio Cunene que possibilitasse ao *II Reich* estabelecer um porto e um caminho-de-ferro a partir da Baía dos Tigres (Guevara, 2006, p. 274).

Wilhelm II apoiava estas atividades e em Berlim havia mesmo quem defendessem que a baía devia ser ocupada por forças militares alemãs que apoiassem o avanço para Norte da fronteira Sul de Angola, beneficiando a *Deutsch-Südwestafrika*.

Georg Hartmann, engenheiro alemão especialista na exploração de minas que entrou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão em 1900, propôs o estabelecimento de uma coligação de interesses entre alemães, portugueses e belgas contra ingleses, de forma a conseguir concretizar o projeto do Transafricano antes que Cecil Rhodes pudesse colocar em prática o projeto de ligação do Cabo ao Cairo (Guevara, 2006, pp. 284-285).

No entanto, em fevereiro de 1899, um representante do governo da África do Sul veio a Lisboa solicitar uma concessão de direitos para a construção de um porto e caminho-de-ferro na Baía dos Tigres e para a exploração de minério (cobre), tendo igualmente a pretensão de ir a Berlim negociar este projeto.

Por sua vez, Wilhelm II acreditava que se devia anexar a Baía dos Tigres e, por isso mesmo, preparava-se em cooperação com a Marinha alemã uma ocupação militar desta mediante o envio de mais navios. Havia igualmente uma discussão entre a Secção Colonial e os financeiros Bleichröder e Warschauer acerca da rentabilidade do caminho-de-ferro da Baía dos Tigres. Para além das firmas *R. Warschauer & Co* e *S. Bleichröder*, o *Deutsche Bank* e a *Discontogesellschaft* também eram partes interessadas. Esta última, por exemplo, enviou um requerimento ao governo português pedindo a concessão da construção do caminho-de-ferro da Baía dos Tigres ao Cunene, a 11 de setembro de 1899 (Guevara, 2006, pp. 292-293).

Com o apoio dos financeiros Bleichröder e Warschauer, criou-se uma nova companhia denominada de *Otavi Minen-und Eisenbahn Gesellschaft*, cujo objetivo assentava na construção do referido caminho-de-ferro Transafricano. Neste sentido, seria enviada ao Sul de Angola uma expedição alemã para estudar qual o melhor trajeto para a efetivação deste projeto. Em finais de 1899, a *R. Warschauer & Co* e *S. Bleichröder*, o *Deutsche Bank* e

a *Discontogesellschaft* já tinham colocado à disposição desta expedição um montante para pagamento das despesas (Guevara, 2006, pp. 293-294).

Porém, a 16 de outubro de 1899, foi cancelado o plano de ocupação militar alemã da Baía dos Tigres, perante o afastamento da possibilidade de ocupação britânica da Baía de Lourenço Marques, verificando-se a retirada dos navios alemães para a colónia dos *Kamerun*. A posse do Sul de Angola pelo *II Reich* permitir-lhe-ia ter o controlo de importantes portos que serviriam de bases de apoio à Marinha alemã, permitindo-lhe contrabalançar o poder da Grã-Bretanha como rainha dos mares, ao mesmo tempo que responderia aos princípios da *Weltpolitik*.

Ainda assim, chegou a Mossamedes um navio a vapor alemão com um grupo de representantes da *Discontogesellschaft* destinado a realizar estudos sobre o projeto do caminho-de-ferro Transafricano que seguiu, posteriormente, para a Baía dos Tigres e para o Cunene. Também na segunda metade do mês de outubro, um oficial alemão apresentou-se no forte do Humbe (Cunene) na companhia de uma força militar, referindo que estava ali para proceder ao reconhecimento de terreno com vista à construção de um caminho-de-ferro desde as minas de Otavi ao Cunene (Guevara, 2006, p. 301).

2.3. A Pressão Diplomática Alemã (e Inglesa) sobre o Espaço Colonial Português

2.3.1. Os Acordos Secretos Anglo-Alemães de 1898

Em 1898 foram estabelecidos os primeiros acordos secretos¹¹, compostos por duas convenções, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, relacionados com o destino das colónias portuguesas (em particular Angola e Moçambique) e o problema da dívida externa portuguesa, sem tentar conhecer quais eram os interesses portugueses. Como objetivos, a Grã-Bretanha tentou assegurar a neutralidade alemã, a retirada do apoio alemão à República dos Boers na África do Sul, e a redução do programa de rearmamento da Marinha alemã.

Contudo, Portugal recusaria a ajuda financeira anglo-alemã e, como consequência, estes acordos tornaram-se inaplicáveis. A Grã-Bretanha não estava interessada na implementação destes acordos, porque estes favoreciam a Alemanha, já que com estes acordos a Alemanha teria mais territórios em África. Se Portugal aceitasse a ajuda financeira alemã, a Alemanha receberia como garantia o produto das alfândegas do Norte de Moçambique para o Chire, e do Sul de Angola para Benguela, e Timor. Na perspectiva da Alemanha, estes acordos deveriam permanecer secretos de forma a evitar uma contraproposta francesa a Portugal, que tornaria inviável a aplicação dos acordos anglo-alemães.

Ao mesmo tempo, a 14 de outubro de 1899, foi assinada uma declaração secreta entre a Grã-Bretanha e Portugal, reafirmando a validade dos tratados da aliança luso-britânica

¹¹ A primeira convenção estabeleceu que a ajuda financeira a Portugal seria resultado de um acordo comum entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, tendo como garantia os territórios já mencionados. A segunda estabeleceu que se Portugal não pagasse os encargos com a sua dívida, perderia Angola, Moçambique e Timor que, por sua vez, passariam a ser parte do império colonial britânico e do império colonial alemão (Lara, 2000, p. 50).

de 1642 e de 1661. Em caso de conflito entre a Grã-Bretanha e a República dos Boers, Portugal não seria neutral e ajudaria a Grã-Bretanha que, por sua vez, também ajudaria Portugal. Nenhuma das partes poderia participar numa Guerra ou num tratado destinado a prejudicar a outra parte. Finalmente, a Grã-Bretanha iria ter a obrigação de defender e proteger todas as colónias portuguesas de conquistas presentes ou futuros inimigos, o que significava a anulação dos acordos anglo-alemães acerca do espaço colonial português (Magalhães 2000, p. 207).

2.3.2. A tentativa Anglo-Alemã de revisão dos Acordos Secretos em 1913

Depois do 5 de outubro de 1910, que resultaria no estabelecimento da República Portuguesa, e na aprovação da Constituição de 1911, “começou” oficialmente a primeira República em Portugal. Na Europa, Portugal tornar-se-ia uma República quando a maioria dos países europeus eram ainda Monarquias¹². Esta foi igualmente uma das razões porque Portugal começou a ficar crescentemente isolado da Europa. Mas a maior preponderância de Espanha no que respeitava ao contexto Ibérico, defendida por Churchill, foi outra razão para a desvalorização estratégica do papel de Portugal (Santos, 2011, pp. 65-66), o que acabou por ter consequências para a aliança luso-britânica.

Deste modo, em 1911, começou uma segunda ronda de encontros entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, relativamente às colónias portuguesas. A assinatura dos acordos anglo-alemães de 1898 demonstrou o potencial de aproximação entre os dois países, especialmente quando o assunto era a possibilidade de divisão das colónias portuguesas.

Em 1913, a Grã-Bretanha e a Alemanha deveriam rever os acordos de 1898. Moçambique seria para a Grã-Bretanha, com exceção do Niassa, e para a Alemanha seria Angola (com Cabinda), Niassa em Moçambique e São Tomé e Príncipe. O que a Alemanha pretendia inicialmente era obter o apoio inglês para a penetração económica¹³ alemã, sobretudo em Angola, mas também em São Tomé e Príncipe e Moçambique. No entanto, a Grã-Bretanha pretendia informar a França acerca da inclusão de São Tomé no texto inglês, o que desagradou a Alemanha que não queria publicar previamente estes acordos.

Com interesse em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Cabinda, a França apenas conheceu este acordo anglo-alemão depois da sua conclusão e, tentou, a 14 de fevereiro de 1914 oferecer a Portugal uma ajuda financeira alternativa para o desenvolvimento das colónias portuguesas. Em contraste, a França pediu 50% de todos os lucros com as colónias portuguesas.

Simultaneamente, continuavam a ocorrer iniciativas privadas alemãs no interior do espaço colonial português, sempre com o apoio do governo imperial alemão. A 28 de maio de 1914 uma instituição financeira alemã adquiriu a maioria das ações da Companhia

¹² A relação entre o rei D. Carlos I de Portugal e o seu primo (em segundo grau) Edward VII (tio de Wilhelm II) teve um importante papel a evitar a aplicação dos acordos anglo-alemães para Portugal. Assim, a declaração secreta de 1899 foi resultado de uma manifestação da lealdade e da solidariedade dinástica entre os dois reis (Santos, 2011, p. 73).

¹³ Ao criar uma companhia com diferentes interesses económicos entre si, na qual a maioria dos capitais eram alemães (Santos, 2011, p. 67).

do Niassa. Dois meses depois, a Alemanha preparou uma ajuda financeira para propor a Portugal, pretendendo como garantia receber os rendimentos das alfândegas angolanas.

Só em 1914, em julho, depois de sucessivas alterações ao texto e repetidos adiamentos da publicação (pela Alemanha), é que Wilhelm II deu permissão para assiná-los, mas era demasiado tarde... A 28 de julho começou a Primeira Guerra Mundial.

3. A Primeira Guerra Mundial: Da Deutsch-Südwestafrika a Angola

3.1. O Espaço Geopolítico de Angola

A fronteira entre Angola e a *Deutsch-Südwestafrika* é definida de Oeste para Leste pelo rio Cunene até às quedas do Ruacaná e a partir daí pelo rio Cubango até ao Libebe. Os alemães, porém, permaneciam insatisfeitos, desejando obter o Sul de Angola e em particular o espaço da margem esquerda do rio Cubango que, “rica de pessoal e culturas”, contrastava com o espaço sob posse alemã caracterizado por ser árido e deserto. Neste sentido, chegou mesmo a ser criada a *Angola Bund* [Liga de Angola] destinada a preparar e a estimular a anexação de Angola (e em particular do seu Sudoeste) à *Deutsch-Südwestafrika*, como afirmou o Dr. Ziegler aquando da sua inauguração em 1912 (Casimiro, 1922, pp. 53, 60-61).

Comparativamente a Angola, a *Deutsch-Südwestafrika* apresenta um extenso espaço de escasso uso agrícola (sobretudo a Oeste, a Sul e a Leste), mas dispõe de importantes regiões pesqueiras praticamente ao longo de todo o seu litoral, algo que o litoral Sul de Angola também possui. O Nordeste da *Deutsch-Südwestafrika*, assim como o interior, caracterizava-se pela existência de pastos com pequenas áreas de cultivo. De uma maneira geral, as amplitudes térmicas são maiores na *Deutsch-Südwestafrika* (dada a presença dos desertos) do que em Angola e nesta última a pluviosidade atinge níveis mais elevados do que na primeira. O clima da *Deutsch-Südwestafrika* é árido, ao passo que o de Angola oscila entre o tropical e o temperado.

No que diz respeito ao relevo, Angola apresenta uma maior variedade: junto à costa encontra-se uma estreita planície litoral, sendo que no interior, se encontra um vasto e elevado planalto. A Norte a vegetação é caracterizada pela floresta, no centro pela savana e a Sul pela estepe desértica. O ponto mais alto situa-se no Morro Moco, Huambo, com 2.610m de altitude. Do ponto de vista hidrográfico, os seus rios pertencem a três bacias: os do Norte desaguam no rio Congo (Bacia do Congo), os do Oeste no Oceano Atlântico (Bacia do Atlântico), e os do Leste no rio Zambeze (Bacia do Zambeze) (Lopes, 2005, p. 72). Daí que Correia (2010, p. 345) considere que Angola é muito beneficiada, encontrando-se num dos espaços mais ricos do continente, dispondo de um clima favorável à prática agropecuária, e de uma costa marítima de 1.650 km, rica em recursos pesqueiros (Veríssimo, 2013, p. XXVI). O Nordeste Angolano é rico em diamantes e o Noroeste em madeiras exóticas, sendo Angola um importante produtor de petróleo (hoje em dia). Angola dispõe ainda de importantes reservas de gás natural e de outros minerais como o ferro.

Já a *Deutsch-Südwestafrika* tem uma grande parte do seu espaço composta por desertos, apenas separados pela existência de um extenso planalto, o Monte Brandberg

com 2.606m de altitude. Em termos hidrográficos, é banhada a Norte pelos rios Cunene e Okavango, a Sul pelo rio Orange e a Leste pelos rios Cuando e Zambeze (Lopes, 2005, p. 98). A sua costa ocidental é rica em cobre, diamantes, metais não ferrosos, e ainda urânio localizado perto do porto de Walvis Bay (Correia, 2010, p. 376).

Assim se compreende que, dada a riqueza do espaço geopolítico de Angola, a Alemanha pretendesse anexá-la à sua colónia da *Deutsch-Südwestafrika*, igualmente necessária à concretização do seu projeto de *Mittelafrika*. Ainda hoje, a Alemanha continua interessada no estabelecimento de relações económicas e culturais com Angola. Dado o potencial desta, em comparação com a *ex-Deutsch-Südwestafrika* verifica-se que em 2012 as exportações alemãs com destino a Angola (391 milhões de Euros) tiveram um valor superior àquelas que se destinaram à Namíbia (133, 56 milhões de Euros); o mesmo se passou com as importações de Angola para a Alemanha (294 milhões de Euros) em contraste com as importações da Namíbia para a Alemanha (102,13 milhões de Euros), segundo dados disponibilizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão (2014)¹⁴.

Angola poderá oferecer à Alemanha um mercado populoso (capaz de absorver os produtos e serviços alemães, o que interessa à Alemanha que se encontra focada nas exportações), riqueza em recursos naturais e a maior rede hidrográfica da região; em troca, a Alemanha poderá apoiar Angola com técnicas e tecnologia - em transportes e telecomunicações -, na saúde e na agricultura, e na energia, um sector vital (Fernandes, 2013a). Um exemplo, envolvendo a Alemanha, Angola e a Namíbia (e ainda o Botswana) relaciona-se com um projeto alemão “The Future Okavango”, iniciado em 2010, destinado a proteger a rica biodiversidade do rio Cubango das mudanças climáticas e da pressão demográfica, mediante uma utilização sustentável (Deutsche Welle, 2013¹⁵).

Culturalmente, a Alemanha mantém relações mais próximas com a Namíbia do que Angola, porventura como resultado da sua condição de ex-colónia alemã. No entanto, a abertura de um Goethe-Institut em Luanda em 2009 permitirá uma maior aproximação entre os dois países, mediante uma melhor compreensão da língua e cultura alemãs que, conseqüentemente, acabará por melhorar as relações económicas germano-angolanas (Fernandes, 2013a).

¹⁴ Auswärtiges Amt, 2014. Beziehung zu Deutschland: Angola. [Em Linha] Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Angola/Bilateral_node.html, [Consult. 13 fev. 2014];

Auswärtiges Amt, 2014. Beziehung zu Deutschland: Namibia. [Em Linha] Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Namibia/Bilateral_node.html, [Consult. 13 fev. 2014].

¹⁵ DeutscheWelle, 2012. Projecto alemão quer proteger das mudanças climáticas o rio Cubango. [Em Linha] Lisboa: DD. Disponível em: <http://www.dw.de/projeto-alem%C3%A3o-quer-protoger-das-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-o-rio-cubango/a-16336902>, [Consult. 17 fev. 2014].

3.2. A Batalha de Naulila¹⁶: O Acontecimento Culminante da Geopolítica da Alemanha no Sudoeste Africano

Segundo Arrifes (2004, p. 159) a Batalha de Naulila tornou-se, à semelhança da Batalha de La Lys, num dos símbolos da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Para a Alemanha, como veremos seguidamente, Naulila tornou-se no acontecimento culminante da Geopolítica da Alemanha no Sudoeste Africano, sobretudo no que diz respeito à relação da Geopolítica da Alemanha com o Espaço Geopolítico de Angola, no qual estava (e continua) interessada.

Em 1914, o Sul de Angola era uma zona de ocupação dispersa (e portanto carente de ocupação efetiva) e com fraca implantação militar. A expansão portuguesa para o Sul apenas se iniciou no século XVII, sendo que, só a partir de 1785, é que já fundadas Quilengues e Caconda, se verificou a penetração para o interior, realizada maioritariamente por comerciantes e aventureiros (raras eram as vezes que essa ocupação em direção ao interior partia de uma iniciativa do poder político) (Arrifes, 2004, pp. 110-111). A ocupação portuguesa concentrava-se sobretudo no litoral, procurando controlar os portos aí existentes e as rotas comerciais que por aí passavam e os utilizavam.

No século XIX, graças a Sá da Bandeira procurou-se iniciar uma política de maior fixação de colonos que se começaram a estabelecer, de modo regular, em Mossamedes e na Huíla. Simultaneamente, também surgiram os primeiros colonos alemães no Sul de Angola (por volta de 1857). Porém, em 1914, o domínio português no Sul de Angola parecia quase platónico; a fraca ocupação militar era sinónimo de insegurança para a população portuguesa aí existente. Sentia-se insegurança em relação aos indígenas, mas também em relação aos alemães da *Deutsch-Südwestafrika*.

Quando a Primeira Guerra começou em agosto de 1914, a posição portuguesa não estava clara, como referido por Weber (2005, p. 213). Embora em setembro desse mesmo ano já se tivesse verificado a partida de uma expedição militar, comandada pelo Tenente-coronel Alves Roçadas, com destino a Angola, e tivessem ocorrido vários incidentes na fronteira entre alemães e portugueses entre outubro e dezembro de 1915, só em 1916, a 9 de março, depois da Batalha de Naulila, é que a Alemanha declarou guerra a Portugal na sequência da detenção portuguesa de cerca de setenta navios mercantes alemães que tentaram refugiar-se no rio Tejo, para escapar da frota britânica.

Com efeito, desde o início de 1914 que vinham a ser encontrados vários alemães originários da Damaralândia (situada a Norte da *Deutsch-Südwestafrika*, e estando delimitada a Norte pela Ovambolândia, a Oeste pelo Deserto do Namibe, a Este pelo Deserto do Kalahari e a Sul por Windhoek, capital da colónia alemã e onde se encontrava

¹⁶ Tratando-se este de um artigo relativo à Geopolítica Alemã no Sudoeste Africano, importa referir que a referência à Batalha de Naulila não pretende ser exaustiva, também por considerarmos que já existem estudos neste sentido, como sejam os casos (só para dar alguns exemplos): de Casimiro (1922), de Teixeira (1935) e de Roçadas (1919) sob a perspetiva portuguesa; e de Africanus (2012) e Weber (2005) sob a perspetiva alemã. Por outro lado, a referência a Naulila resulta do facto desta ter sido uma das batalhas mais relevantes da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, ocorrida para defender a sua posse do Espaço Geopolítico de Angola em relação aos interesses da Geopolítica Alemã no Sudoeste Africano.

uma importante estação transmissora alemã) em território português, dando como justificação, sempre que intercetados pelas autoridades portuguesas, o facto de irem à caça, irem ao comércio com os indígenas, ou até desconhecerem que se encontravam em território português (Arrifes, 2004, p. 112).

Muitos tiravam mesmo fotografias destinadas a uma maior consciencialização do espaço geopolítico angolano¹⁷. Aliás, as investidas alemãs faziam-se sentir através da realização de missões científicas (para a realização de estudos topográficos) e, sobretudo, do comércio. E também mediante a entrada de “escoltas alemãs armadas” no Sul de Angola, como recorda Casimiro (1922, p. 60).

Adicionalmente, o *II Reich* estabeleceu inclusivamente, neste período, carreiras de navegação para os portos de Angola (em que tinha particular interesse) e chegou mesmo a nomear um Cônsul geral para Luanda (Casimiro, 1922, p. 62).

Arrifes (2004, p. 112) refere que o Vice-cônsul alemão de Huíla era conhecido como líder de uma vasta rede de espionagem e de um conjunto de atividades variadas e dispersas realizadas com o objetivo de proceder ao reconhecimento da zona fronteiriça, e sua consequente invasão.

O primeiro confronto militar entre tropas militares alemães e portuguesas ocorreu em outubro de 1914, como consequência do clima de tensão vivido na fronteira de Angola com a *Deutsch-Südwestafrika*. A 19 de outubro, uma missão alemã foi detida, no Sul de Angola, na margem esquerda do rio Cunene. Era uma “missão” armada, a que o Alferes Sereno, depois de perguntar quem a comandava, questionou o motivo da sua presença em território português (Casimiro, 1922, p. 72).

De acordo com a versão alemã de Weber (2005, p. 213) o Dr. Schultze-Jena e seus acompanhantes (entre os quais se contavam indígenas) - que faziam parte desta missão - dirigiram-se para a fronteira portuguesa perto de Naulila, tendo sido convidados pelos comandantes do forte aí existente a realizar uma visita ao mesmo.

Todavia, o grupo acabou por ser assaltado e assassinado pelos portugueses. A notícia do sucedido chegou apenas a 23 de outubro a Von Heydebreck que decidiu vingar este episódio, mediante o envio do regimento do Major Franke para o Norte da *Deutsch-Südwestafrika*.

Africanus (2012, pp. 31-154) apresenta em detalhe os preparativos efetuados e a caracteriza o modo como a Batalha de Naulila foi conduzida e se verificou, segundo a visão alemã. Neste sentido, é mencionado que este regimento sentiu por diversas vezes a falta de água devido às características da colónia alemã (áridas e inóspitas), durante o caminho, em direção ao Sul de Angola (Africanus, 2012, pp. 54-55).

A 29 de novembro¹⁸, o regimento alcançou o Cunene em Naulila, sendo que o forte acabou por ser atacado a 18 de dezembro, às 8h15 da manhã, pela sexta companhia dirigida

¹⁷ A consciência espacial, distinguindo-se do conceito de Raumsinn [sentido de espaço] de Friedrich Ratzel (1844-1904), trata-se do conhecimento ou noção que se tem em relação ao espaço e às suas características e, para a qual em muito contribuem a realização de viagens e as representações cartográficas.

¹⁸ Mas antes disso, já se tinha verificado um incidente entre alemães e portugueses (conhecido como massacre de Cuangar) em Cuangar, um importante posto fronteiriço entre as duas colónias, na madrugada de 31 de outubro, situado na margem esquerda do rio Cubango, no Sul de Angola (Strachan, 2004, p. 79).

pelo capitão Weiss. Os portugueses fugiram deixando para trás 150 mortos e aturdidos. Weber (2005, p. 214) refere que, com isto, as tropas alemãs não consideraram necessário levar a cabo outra ação contra Portugal. Assim, após Naulila não ocorreram mais combates a Norte.

Casimiro (1922, pp. 199-201) fala em deficiências materiais, mas sobretudo na irresolução do comando, do seguinte modo: “a vitória seria nossa, se quiséssemos, se pudéssemos ter querido vencer. Os chefes responsáveis não quiseram. Hesitaram. Deixaram passar o momento magnífico. Os alemães sorriram, em território nosso, da nossa inexplicável inércia.” E sorriam na véspera da Batalha, à noite e de lanterna, enquanto colocavam calmamente tudo a postos, como demonstrado por Africanus (2012, pp. 98-99). Mais adiante, Casimiro (1922, p. 204) afirma que “Em Naulila, durante o combate, não há direção, não há comando, embora a grande maioria das forças empenhadas se batam, durante quatro horas, com energia, tenacidade e valor. Há comandos vários, esforços dispersos, que nunca chegam a termo, a desordenada ação que não compensa, improvisando, a indecisão passada, a inércia dos primeiros dias”.

Deste modo, tendo vencido os portugueses em Naulila e feita vingança ao incidente de outubro, o regimento do Major Franke regressou, pois, à *Deutsch-Südwestafrika*, mas não o fez em direção ao Sul da colônia, ficando-se pelo centro da mesma, já que o Sul e em particular Swakopmund (situada no litoral, a Oeste de Windhoek) havia sido, entretanto, ocupada pelas tropas sul-africanas (Weber, 2005, p. 215).

Conclusão

A Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial é uma consequência da viragem da Política Externa Alemã com a *Weltpolitik* desde 1890, que se traduziu na posse da segunda maior Marinha do mundo e na necessidade de possuir um império colonial em África (embora não só).

A Alemanha unificada, na sua posição de enclave, no espaço europeu, necessitava de mais *Lebensraum* e essa procura teve uma orientação marcadamente económica (para exportar os seus produtos e procurar matérias-primas) e cultural (para espalhar a língua e cultura alemãs no mundo) que, se mantém característica da Geopolítica da Alemanha atualmente, cerca de cem anos depois, sem que isso envolva a expansão territorial e a guerra como outrora. Hoje, esta Geopolítica com orientação económica e cultural reflete-se na atuação, por exemplo, do *Deutsche Bank* enquanto instituição financeira com posição global e no papel que tem vindo a ser desempenhado desde os anos cinquenta do século XX pelo *Goethe-Institut* no ensino da língua e cultura alemã a estrangeiros.

A ida para África resultou na ideia de construir a *Mittelafrika*, um projeto que colocaria sob domínio alemão a rica Bacia do Congo e do Zambeze, unindo todas as colônias alemãs do Atlântico ao Índico, o que implicaria igualmente a inclusão de Angola, situada numa posição privilegiada de confluência de várias bacias hidrográficas sobre o seu espaço, como verificámos.

Por outro lado, a crise de superprodução da Alemanha no século XIX e a necessidade de exportar os seus produtos, levou a tomar “*Die See als Straße des Welthandels*” [O Mar como Estrada do Comércio Mundial] (Fernandes, 2013b) praticamente desde a sua existência como Estado unificado e a procurar, neste período, obter o controlo de importantes portos (e rotas comerciais) como aqueles a que Angola e Moçambique tinham acesso.

No entanto, e apesar desta Geopolítica da Alemanha ter uma orientação essencialmente económica e cultural, tal não a impedia de utilizar as suas forças militares aquando da sua tentativa de penetrar no espaço geopolítico de Angola e tal verificou-se, sobretudo, como resultado do facto da Alemanha desta época ser um país militarista, em que os militares se encontravam presentes na esfera dos negócios, desempenhando cargos como diretores de empresas ou bancos (Ferro, 2008, p. 30).

Daí Naulila. Primeiro o incidente e depois a Batalha, como vingança alemã pelo incidente. Mas esse incidente começou pelo interesse alemão no Sul de Angola e, sobretudo, pela presença militar (mas também científica e comercial) alemã sem o consentimento português nesse mesmo espaço.

Em síntese, volvido um centenário, a Alemanha continua a manifestar interesse no estabelecimento de relações económicas e culturais com Angola, e Angola está também interessada nestas relações, já que as duas economias são complementares (Fernandes, 2013a).

Referências Bibliográficas

- Arrifes, M., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Africanus, H., 2012. *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Südwestafrika 1914/1915. Eine Chronik der Ereignisse seit dem 30. Juni 1914 „Naulila“*. Windhoek: Glanz & Gloria Verlag.
- Auswärtiges Amt, 2014. *Beziehung zu Deutschland: Angola*. [Em Linha] Berlim: AA. Disponível em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Angola/Bilateral_node.html, [Consult. 13 fev. 2014].
- Auswärtiges Amt, 2014. *Beziehung zu Deutschland: Namibia*. [Em Linha] Berlim: AA. Disponível em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Namibia/Bilateral_node.html, [Consult. 13 fev. 2014].
- Bundeszentrale für politische Bildung, 2005. *Chronologie zur deutschen Kolonialgeschichte*. [Em Linha]. Bonn: BB. Disponível em: <http://www.bpb.de/internationales/afrika/afrika/58869/chronologie-deutscher-kolonien?p=all>, [Consult. 5 fev. 2014].
- Bogdan, H., 2003. *Histoire de l'Allemagne. De la Germanie à nos jours*. Paris: Editions Perrin.
- Blondel, G., 1915. *La Doctrine Pangermaniste*. Paris: Libraire Chapelot.
- Casimiro, A., 1922. *Naulila*. Lisboa: Seara Nova.
- Conrad, S., 2012. *German Colonialism: A Short History*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Correia, P., 2004. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I. Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: Almedina.
- Correia, P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume II. Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*. Coimbra: Almedina.
- Defarges, P., 2003. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Deutsche Welle, 2012. *Projecto alemão quer proteger das mudanças climáticas o rio Cubango*. [Em Linha] Lisboa: DD. Disponível em: <http://www.dw.de/projeto-alem%C3%A3o-quer-protoger-das-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-o-rio-cubango/a-16336902>, [Consult. 17 fev. 2014].
- Deutsches Historisches Institut, 2014. *Friedrich Fabri, Bedarf Deutschland der Kolonien? (1879)*. [Em Linha] Washington DC: Deutsches Historisches Institut. Disponível em: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=1867&language=german, [Consult. 27 jul. 2013].
- Fernandes, M., 2011. O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e nas II Guerras Mundiais. *Nação e Defesa*, 129, pp. 263-287.
- Fernandes, M., 2013a. Germany's Foreign Policy to the South Atlantic in the Current International Situation. In: 5th European Conference of African Studies, 2013. *African dynamics in a multipolar world*. ISCTE, 27, 28 e 29 de junho de 2013. Lisboa: 5ECAS.
- Fernandes, M., 2013b. Mahan, Corbett e o Poder Naval Alemão nos Desafios do Mar no Século XXI. *O Reencontro com o Mar no Século XXI*. Almada: Escola Naval, pp. 436-443.
- Ferro, M., 2008. *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70.
- Gallois, P., 1990. *Géopolitique. Les Voies de la Puissance*. Paris: Plon.
- Gann, L. & Duignan, P., 1977. *The Rulers of German Africa 1884-1914*. California: Stanford University Press.
- Guevara, G., 2006. *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Korinman, M., 1990. *Quand l'Allemagne pensait le Monde*. Paris: Fayard.
- Lara, A., 2000. *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: ISCSP.
- Lopes, M., 2005. *Atlas Universal: África*. Barcelona: Editorial Sol 90.
- Lorot, P., 1995. *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica.
- MacQueen, N., 2007. *Colonialism*. Harlow: Pearson.
- Magalhães, J., 2000. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Martelo, D., 2013. *Origens da Grande Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Milza, P., 1999. *As Relações Internacionais de 1871 a 1919*. Lisboa: Edições 70.
- Moreira, A., 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Poidevin, R., 1983. *L'Allemagne et le monde au XXe Siècle*. Paris: Masson.

- Olugosa, D. & Erichsen, C., 2010. *The Kaiser's Holocaust. Germany's forgotten genocide and the colonial roots of Nazism*. London: Faber and Faber.
- Santos, V., 2011. As Negociações Anglo-Alemãs sobre a Partilha das Colónias Portuguesas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-12, pp. 58-75.
- Speitkamp, W., 2008. *Deutsche Kolonialgeschichte*. Stuttgart: Reclam.
- Smith, W., 1989. *The Ideological Origins of Nazi Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Strachan, H., 2004. *The First World War in Africa*. Oxford: Oxford University Press.
- Stürmer, M., 2000. *O Império Alemão. História Breve*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Veríssimo, G., 2013. *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.
- Usher, R., 1913. *Pan-Germanism*. Boston and New York: Houghton Muffin Company.
- Weber, O., 2005. *Geschichte des Schutzgebietes Deutsch-Südwest-Afrika*. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft.
- Zimmermann, E., 1918. *The German Empire of Central Africa*. New York: George H. Doran Company.